

Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional do PJe
Data	2/10/2023
Horário	17h30
Local	Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	Luciane Storer, Desembargadora Coordenadora; Wilton Borba Canicoba, Desembargador; Levi Rosa Tomé, Juiz Auxiliar da Presidência; Flávio Landi, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa; Carlos Eduardo Oliveira Dias, Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional; Camila Ceroni Scarabelli, Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí Alessandra Rangel Paravidino Andrey, Procuradora Regional do Trabalho Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário; Maurício Moraes, representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações; Edson Lacir Donadon, Secretário Judiciário; Vladimir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional; Eydie Cristina de Souza, Oficial de Justiça do Fórum Trabalhista de Jundiaí; Brenda Silva Loureiro de Oliveira, Calculista da Vara do Trabalho de Itararé; Luciana Camilo de Figueiredo, Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Araraquara; Glaucio Felizardo, Secretário- Geral da Comissão Especial de Relacionamento da OAB ESTADUAL/SP com o TRT15; Carlos Eduardo Buzan Larica, representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.
Ausências justificadas	Fábio Bueno Aguiar, Desembargador; Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações.
Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- PROAD 24961/2023 - Ofício Circular CSJT.SG 197-2023, no qual o CSJT informa a implementação de nova versão do PJe, com integração do serviço denominado Domicílio Judicial Eletrônico- PROAD 21975/2023 - Sugestão de alteração do Provimento GP-CPJ-CR nº 5/2012, especificamente quanto à habilitação da(o) advogada(o) da parte em ambos os módulos do sistema PJe, 1º e 2º graus- PROAD 17747/2022 - Consulta sobre manutenção da ferramenta Moodle para tirar dúvidas de utilização do sistema PJe- PROAD 22387/2023 - Procedimento para remessa de execução reunida - Expediente autuado em razão do encaminhamento de despacho da Excelentíssima Corregedora Regional, Desembargadora Rita de Cassia Penkal Bernardino de Souza, no PJeCor PP 0000474-02.2023.2.00.0515, em razão de consulta feita pela MMA. Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, Cristiane Montenegro Rondelli, sobre a possibilidade de determinar a autuação pelo próprio recorrente do processo no 0010494-87.2017.5.15.0032 de uma Execução Provisória vinculada aos autos principais, com os documentos que este entender necessários ao julgamento do seu recurso, para que seja possível remetê-lo ao 2º grau- PROAD 7787/2021 - Aplicação do Provimento GP-CR nº 8/2023 e dos "Núcleos de Justiça 4.0"

<p>- Pedido da Amatra XV sobre Gerenciador de Informações do Magistrado (GIM), para permitir acesso aos assistentes de juiz - GIM é um "painel que serve para o magistrado visualizar todos os processos conclusos a ele. O objetivo do painel é proporcionar ao Magistrado um ambiente mais enxuto, específico e visualmente mais prático, limitando-se a exibir os processos que se encontram em seu gabinete, sob sua responsabilidade, para minutar ou analisar ato judicial (despacho, decisão e sentença). Todavia, somente o Magistrado tem Perfil para acessar o GIM. O que nos foi solicitado é a possibilidade de os assistentes dos juízes de 1o grau também terem acesso ao GIM e às respectivas caixas: Minutar Sentenças - Liq/Exe, Minutar Sentenças - Con, Minutar Despachos e Decisões e Minutar ED."</p> <p>- PROAD 684/2019 - Suspensão da implantação do sistema Exe-PJe e da nova versão do PJe - Para referendar.</p> <p>- Outros assuntos</p>
--

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação. Indagou, então, sobre o impedimento da implantação do sistema Exe-PJe e da nova versão do PJe.

O Servidor Edson Lacir Donadon informou que problemas ainda persistem, mas que isso não era impeditivo para a instalação da nova versão.

O Excelentíssimo Magistrado Levi Rosa Tomé esclareceu que diversos magistrados pediram a suspensão em função dos prazos a vencer.

O colegiado concordou, assim, em referendar o adiamento, com a implantação da nova versão a ocorrer na semana seguinte. Também por fixar a primeira semana como marco temporal para atualizações e implantações de novas versões.

Em relação ao sistema Exe-PJe, decidiu-se por implantá-lo, mas não habilitá-lo.

Em ato posterior, discutiu-se acerca do pedido da AMATRA XV para que os assistentes dos juízes pudessem visualizar todos os processos conclusos ao magistrado atuante nas mais diversas Varas de Trabalho.

O Servidor Edson Lacir Donadon afirmou que tal ferramenta é exclusiva dos magistrados.

O Excelentíssimo Desembargador Wilton Canicoba ressaltou que se trata de uma ferramenta de gestão - daí a exclusividade aos magistrados - e que a ferramenta de trabalho seria o Painel Global. Neste sentido, o magistrado titular, por exemplo, não possui acesso aos dados do substituto, o que denota outra característica: sua natureza personalíssima.

O Servidor Edson Lacir Donadon esclareceu que o GIN é uma ferramenta extremamente pesada, o que sobrecarregaria a performance do sistema.

O colegiado propôs, deste modo, o indeferimento da demanda, dada a impossibilidade operacional e pelo estudo para elaboração de regra de negócio para acerca da construção de relatórios sobre os processos em que o magistrado atue. Ciência a ser dada à AMATRA XV.

Em relação ao estudo, o Excelentíssimo Magistrado Flávio Landi sugeriu representante da AMATRA XV na construção da regra de negócio. Sugestão acatada.

Quanto ao PROAD nº 21975/2023, que trata de sugestão de alteração do Provimento GP-CPJ-CR nº 5/2012, especificamente quanto à habilitação da(o) advogada(o) da parte em ambos os módulos do sistema PJe, 1º e 2º graus, trata-se de um assunto já discutido, não havendo comunicação entre os sistemas, devendo ser feita a habilitação em cada grau. Em relação à alteração do provimento da Corregedoria, escapa da competência deste colegiado.

Passando-se ao processo PROAD 17747/2022, que trata de consulta sobre manutenção da ferramenta Moodle para tirar dúvidas de utilização do sistema PJe, decidiu-se pela sua desativação, dada a não utilização.

Em relação à demanda do PROAD 22387/2023, o comitê definiu que será aberto um JIRA de melhoria do sistema e expedir um ofício ao Comitê Nacional do PJE, indicando a abertura do chamado e propondo a execução provisória como solução alternativa.

O Excelentíssimo Desembargador Wilton Canicoba sugeriu, como questão prática e de curto prazo, a autuação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, da execução provisória. Acatado pelo colegiado.

Por fim, quanto ao PROAD 7787/2021, que trata da aplicação do Provimento GP-CR nº 8/2023, o Comitê não vê óbice em sua aplicação.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 18h32.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica, representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	4/10/2023
Ata aprovada por	Luciane Storer, Desembargadora Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe	Em	6/10/2023